

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.722 - RJ (2016/0057294-1)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : LEDA TORRES DUARTE DO VALE**  
**RECORRIDO : MARIA DOS CARMOS DOS SANTOS**  
**RECORRIDO : MARIA LEONORA DA COSTA SILVA**  
**RECORRIDO : TERESINHA CAMACHO DA SILVA**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE DA SILVA VERLY - RJ097647**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 256):

EX-COMBATENTE. REVERSÃO DE. PENSÃO. FILHA MAIOR DE 21 ANOS. APLICAÇÃO DAS NORMAS VIGENTES À ÉPOCA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR. LEIS NºS 4.242/63 E 3.765/60.

1. Decidiu o Pretório Excelso que "Tratando-se de reversão do benefício à filha mulher em razão do falecimento da própria mãe que a vinha recebendo, consideram-se não os preceitos em vigor quando do óbito desta última, mas do primeiro, ou seja, do ex-combatente." (MS 21707-3/DF, Pleno). Na hipótese, como o pai da autora faleceu em 31/07/1988, aplicam-se as Leis nºs 3.765/60 e 4.242/63, não podendo incidir, na hipótese, a Lei nº 8.059/90. Assim, correta a sentença que determinou a reversão para a autora da pensão instituída por seu pai que vinha sendo recebida pela viúva. Entretanto, como o óbito ocorreu antes da promulgação da Constituição Federal, a pensão só poderá corresponder à de 2º Sargento, com base no art. 30 da Lei nº 4.242/63.

2. No tocante à correção monetária e aos juros de mora, merece reforma a sentença, apenas para esclarecer que, a partir de 29 de junho de 2009, deverão ser calculados, na forma da Lei nº 11.960/09, que deu nova redação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.

3. Honorários advocatícios reduzidos para 5% do valor da condenação (art. 20, § 4º, do CPC).

4. Apelação desprovida. Remessa necessária parcialmente provida.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 270-277).

Sustenta a recorrente a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto nos arts. 131 e 535 do CPC/1973.

Salienta, quanto ao mérito, ofensa aos arts. 1º e 2º do Decreto nº 20.910/1932; 2º, 3º e 4º do Decreto-Lei nº 4.597/1942; e 189 e 193 do Código Civil, sob o argumento de que a pretensão autoral estaria prescrita.

Alega, outrossim, que a parte recorrida não teria direito à pensão

requerida, por não preencher os requisitos dos arts. 5º, 14 e 17 Lei n. 8.059/1990.

Por fim, aduz que a parte autora também não preencheu os requisitos do art. 30 da Lei n. 4.242/1963, uma vez que não haveria comprovação da sua incapacidade de prover os meios de subsistência e o não recebimento de nenhuma importância dos cofres públicos.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 303-311.

É o relatório.

De início, não se conhece da suposta afronta aos arts. 131 e 535 do CPC/1973, pois a recorrente limitou-se a afirmar de forma genérica a ofensa ao referido normativo sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem.

É fundamental que a recorrente desenvolva os argumentos que demonstrem a relevância da omissão para a solução da controvérsia, a fim de que o vício seja reconhecido por esta Corte como apto a ensejar a nulidade do julgado. A mera citação dos dispositivos legais invocados ou referência genérica aos aclaratórios bem como a simples indicação de pontos tidos como omissos sem a indicação de sua relevância para o deslinde da causa não suprem a deficiência recursal.

Tal circunstância atrai a incidência da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. ÔNUS DA PROVA DE PAGAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC/73, a parte recorrente não evidenciou qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

[...]

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.001.267/PB, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

# *Superior Tribunal de Justiça*

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. EXPULSÃO. CONSELHO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO. REEXAME DE FATOS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ATIVIDADE DE CONSULTORIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO ADOTADO PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. EXIGIBILIDADE SUSPensa (ART. 12 DA LEI N.º 1.060/50). ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

1. Mostra-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

[...]

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 579.011/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017)

Com relação à tese de prescrição, observa-se que a parte insurgente deixou de combater o único fundamento utilizado no acórdão recorrido, qual seja a imprescritibilidade do direito, consoante o art. 28 da Lei n. 3.765/1960.

Confira-se (e-STJ, fl. 251):

Não há que se falar em prescrição do fundo de direito, considerando que o art. 28 da Lei n. 3.765/60 (Lei das Pensões Militares) permite que a pensão militar seja requerida a qualquer tempo, garantindo o direito às prestações referentes aos cinco anos anteriores a tal requerimento. Quanto às parcelas vencidas, a sentença foi favorável à União ao determinar o pagamento dos atrasados apenas a partir da citação (fl. 187).

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DETRAN/PE. DEFICIENTE FÍSICO. ALTERAÇÃO DA LEI QUE CONSIDERAVA O CANDIDATO COMO DEFICIENTE, DURANTE O CONCURSO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTES PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. DEFICIÊNCIA FÍSICA RECONHECIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ALTERAÇÃO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL

# Superior Tribunal de Justiça

IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto em 12/02/2016, contra decisão publicada em 02/02/2016.

II. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da incidência do enunciado da Súmula 283 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"). No caso, a parte recorrente deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido, no sentido de que "a junta médica do certame em apreço aplicou a literalidade do supracitado Decreto 5296/04, o qual não estava em vigor na data da publicação do edital do certame em questão, entendendo pela desclassificação do candidato ora apelante por considerar que a sua surdez bilateral não se enquadrava na previsão de deficiência auditiva". Incidência da Súmula 283/STF.

III. Ademais, tendo o acórdão recorrido concluído pela existência de perda auditiva bilateral, suficiente a enquadrar o autor como deficiente auditivo, nos termos da lei, aferir a existência da perda auditiva, em Recurso Especial, demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, providência vedada, em sede de Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.504.904/PE, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 19/4/2016 - grifos acrescidos)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INOCORRÊNCIA. SOFTWARE DE PRATELEIRA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

2. Conforme entendimento sedimentado na Súmula 283 do STF, não se conhece de recurso especial quando inexistente impugnação específica a fundamento autônomo adotado pelo órgão judicial *a quo*.

3. Por força das Súmulas 282 e 284 do STF, não se conhece de recurso especial quando o dispositivo legal tido por violado, além de não ter correlação com a matéria julgada, não está prequestionado.

4. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7 do STJ).

5. Hipótese em que o Tribunal Regional Federal, com base no acervo probatório, decidiu pela não incidência do IRRF em razão de a parte autora ter adquirido o software comercial "de prateleira", situação que afastaria o pagamento de direitos autorais/royalties, não sendo possível o reexame na via do especial.

# Superior Tribunal de Justiça

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.  
(REsp 1.641.775/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO,  
Rel. p/ Acórdão Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA,  
julgado em 13/11/2018, DJe 4/12/2018)

De outro lado, observa-se que a inaplicabilidade de Lei n. 8.059/1990 ao caso também não foi objeto de impugnação específica, de modo que o recurso também incorre, quanto ao ponto, no óbice previsto na Súmula 283 do STF.

Quanto ao argumento de que a parte recorrida não haveria comprovado o preenchimento dos requisitos para o auferimento da pensão pleiteada, assiste parcial razão à insurgente, porquanto o acórdão recorrido não fez qualquer menção à condição financeira das autoras, limitando-se a afirmar que não haveria prova do recebimento de qualquer outro benefício dos cofres públicos (e-STJ, fl. 254).

Nesse aspecto, a jurisprudência da Primeira Seção é firme no sentido de que é requisito para o recebimento da pensão especial prevista no art. 30 da Lei n. 4.242/1963 a comprovação de que as filhas do instituidor, mesmo casadas, maiores de idade e não inválidas, não podem prover os próprios meios de subsistência e não percebem quaisquer importâncias dos cofres públicos.

No ponto:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. REVERSÃO À FILHA MAIOR. LEI VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR. LEIS 3.765/1960 E 4.242/1963. REQUISITOS DO ART. 30 DA LEI 4.242/1963. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1. No presente caso, o óbito do instituidor, ex-combatente, ocorreu no dia 20/2/1971, o que afasta a incidência da Lei 8.059/1990 em observância, também, ao princípio da irretroatividade das leis. Assim, a controvérsia deve ser dirimida em conformidade com as leis vigentes à época do falecimento do instituidor da pensão especial (Leis 4.242/1963 e 3.765/1960).

2. Na espécie, porém, o acórdão nada perquiriu sobre a dependência econômica da embargada em relação a seu falecido pai, ou sua hipossuficiência em geral. Desse modo, os autos devem retornar à Corte *a quo* para que esta possa verificar a presença dos requisitos constantes do art. 30 da Lei 4.242/1963.

3. Embargos de Declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para dar parcial provimento ao Recurso Especial a fim de que os autos retornem ao Tribunal de origem para examinar os requisitos específicos para a concessão da pensão especial constantes do art. 30 da Lei 4.242/1963.

(EDcl no REsp 1.701.571/PE, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2018, DJe 14/11/2018)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. ÓBITO

# Superior Tribunal de Justiça

EM JANEIRO DE 1989. REGIME MISTO. ART. 53 DO ADCT E LEIS NºS 3.765/60 E 4.242/63. REQUISITOS DO ART. 30 DA LEI N. 4.242/63. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. No tocante à pensão especial de ex-combatente, este Superior Tribunal firmou o entendimento de que deve ser regida pelas normas vigentes na data do óbito do instituidor (*tempus regit actum*).

2. Ao que se tem dos autos, a morte do ex-combatente ocorreu em janeiro de 1989, ou seja, após a Constituição Federal de 1988 e antes da edição da Lei n. 8.059/90. Assim, deve ser aplicado à espécie o regime misto, ou seja, a incidência das Leis nºs 3.765/60 e 4.242/63, as quais autorizavam a concessão de pensão especial às filhas capazes e maiores de 21 anos, bem como o disposto no art. 53 do ADCT/1988, que assegurou aos ex-combatentes o direito à pensão especial de Segundo-Tenente.

3. Entretanto, são requisitos para o pagamento do benefício: a) ser o ex-militar integrante da FEB, da FAB ou da Marinha; b) ter efetivamente participado de operações de guerra; c) encontrar-se o ex-militar, ou seus dependentes, incapacitados, sem poder prover os próprios meios de subsistência; e d) não perceber nenhuma importância dos cofres públicos (art. 30 da Lei n. 4.242/63).

4. Na hipótese, a análise acerca da dependência econômica demandaria a incursão na seara fático-probatória dos autos, tarefa essa soberana às instâncias ordinárias, o que impede o reexame na via especial, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.275.911/SC, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/5/2015, DJe 12/6/2015)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. CONCESSÃO À FILHA MAIOR E CAPAZ. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL NA DATA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR. 19.06.1979. LEIS NS. 4.242/1963 E 3.765/1960. ACÓRDÃO QUE ASSENTA NÃO TER A PARTE AUTORA COMPROVADO OS REQUISITOS LEGAIS. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. É firme a jurisprudência no sentido de que o direito à pensão de ex-combatente deve ser regido pela lei vigente à época de seu falecimento.

2. Nos termos do art. 30 da Lei n. 4.242/63, são requisitos para o pagamento da pensão especial de ex-combatente: 1) ser o ex-militar integrante da FEB, da FAB ou da Marinha; 2) ter efetivamente participado de operações de guerra; 3) encontrar-se o ex-militar, ou seus dependentes, incapacitados, sem poder prover os próprios meios de subsistência; e 4) não perceber qualquer importância dos cofres públicos. Tais requisitos também devem ser exigidos dos dependentes do ex-combatente que venham requerer o benefício.

3. Precedentes: REsp 1.237.888/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 18/10/2013; AgRg no Ag 1.429.793/PE, Rel. Min. Arnaldo

# *Superior Tribunal de Justiça*

Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 2/8/2012; AgRg no REsp 1.196.175/ES, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 14/2/2011; AgRg no REsp 1.073.262/SC, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 2/8/2010.

4. Não atendendo as filhas, maiores e capazes, aos requisitos exigidos, não fazem jus ao recebimento da pensão. E não é possível, nesta instância, alterar as premissas fático-probatórias reconhecidas pelas instâncias ordinárias, porque está fora do alcance do STJ, como instância extraordinária, reexame de fatos e provas. Incidência da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 691.120/PE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/5/2015, DJe 29/5/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, IV e V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, II e III, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial, e nessa extensão, dou-lhe parcial provimento para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem a fim de que reaprecie o preenchimento dos requisitos do art. 30 da Lei n. 4.242/1963 por parte das recorridas, notadamente a incapacidade de prover os próprios meios de subsistência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator